

**A ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS E A  
PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA**

THE ELABORATION OF THE REFERENCE CURRICULUM OF MINAS GERAIS AND THE  
PARTICIPATION OF GEOGRAPHY TEACHERS

**Sandra de Castro de Azevedo**

Universidade Federal de Alfenas-MG/Instituto de Ciências da Natureza  
Programa de Pós-Graduação em Geografia- UNIFAL-MG  
[sandra.azevedo@unifal-mg.edu.br](mailto:sandra.azevedo@unifal-mg.edu.br)

**André de Paula Silva**

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas-MG  
Professor da Educação Básica no Estado de Minas Gerais  
[andregeop@gmail.com](mailto:andregeop@gmail.com)

## Resumo

As políticas educacionais federais impactam diretamente a educação pública no Brasil seja no campo organizacional ou no campo curricular. Essas políticas podem interferir diretamente nos projetos e nos modelos de educação que são implementados nos estados e nos municípios. Este texto é resultado de uma pesquisa sobre o processo de elaboração do Currículo Referência de Minas Gerais, documento criado para atender a obrigatoriedade da Base Nacional Comum Curricular. O objetivo é compreender o processo de elaboração do currículo estadual de Minas Gerais enfatizando a participação dos professores de Geografia do município de Paraguaçu. Desta forma além da análise aprofundada das políticas curriculares, também foi realizada uma observação participante do processo de elaboração do Currículo Referência de Minas Gerais no município de Paraguaçu. É necessário entender como a participação dos professores são apresentadas pelo discurso governamental e como ocorre na prática. A participação do coletivo docente na construção dos documentos curriculares, se torna imprescindível para que ocorra a construção de um currículo aproximado das diversas realidades e contextos escolares, no entanto a pesquisa comprova que a participação dos professores de geografia não foi valorizada neste processo.

**Palavras-chave:** Participação Docente; Política Curricular; Currículo de Geografia.

## Abstract

Federal educational policies directly affect public education in Brazil either in the organizational field or in the curricular field. These policies can directly interfere with projects and education models that are implemented in states and municipalities. This text is the result of a research on the elaboration process of the Reference Curriculum of Minas Gerais, document created to meet the requirement of the National Common Curricular Base. The objective is to understand the elaboration process of the curriculum in Minas Gerais, emphasizing the participation of Geography teachers in the municipality of Paraguaçu. In this way, in addition to the in-depth analysis of curriculum policies, a participant observation of the elaboration process of the Reference Curriculum of Minas Gerais in the municipality of Paraguaçu was also carried out. It is necessary to understand how the participation of teachers is presented by the government discourse and how it occurs in practice. The participation of the teaching collective in the construction of curriculum documents becomes essential for the construction of a curriculum that approximates the different realities and school contexts to occur, however the research proves that the participation of geography teachers was not valued in this process.

**Keywords:** Teacher Participation; Curriculum Policy; Geography Curriculum.

## 1. Introdução

As políticas curriculares se encontram em destaque na nossa sociedade, todo o processo de elaboração e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi acompanhado de intensas críticas e grandes investimentos e um considerável esforço para que os estados e municípios elaborassem uma proposta curricular tendo a BNCC como um documento norteador. A aprovação da BNCC é merecedora de muita atenção, reflexão e pesquisa, pois é um tipo de política utilizada para controlar a educação e legitimar conteúdos, e na maioria das vezes essas ações não estão relacionadas à formação educacional para a vida, mas sim pautada em competências e habilidades que estão relacionadas a avaliações externas, favorecendo assim um processo de padronização.

A BNCC pode impactar diretamente na escolha do conteúdo que será trabalhada nas escolas e isso pode enfraquecer a Geografia Escolar, que busca a construção do conhecimento espacial, ou seja, que se saiba interpretar estrategicamente e pensar o espaço de modo que seja possível se sentir parte ativa do mesmo e de sua construção, contribuindo assim para a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária social e ambientalmente.

Essa pesquisa buscou compreender como a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, se organizou para adaptar sua proposta curricular à BNCC, como envolveu os profissionais da educação neste processo e quais foram os impactos causados nos conteúdos na Geografia Escolar. Para alcançar este objetivo foi realizada análise documental da Base Nacional Comum Curricular, da Versão Preliminar do Currículo Referência de Minas Gerais e a versão final do Currículo Referência de Minas Gerais. Para complementar a análise foi realizada uma observação participante do grupo de professores da componente curricular de geografia da Conferência Municipal de Educação de Paraguaçu- MG. Todos os dados foram analisados por meio do materialismo histórico dialético, buscando explicitar e compreender as contradições presentes no processo.

Iniciamos o texto com a discussão da implementação da BNCC no estado de Minas Gerais, abordando de forma breve todas as etapas do processo, posteriormente a análise se dedica a terceira etapa deste processo que consistiu na análise da versão preliminar do Currículo Referência de Minas Gerais pelos municípios, sendo abordado nesta pesquisa, como essa etapa aconteceu no município de Paraguaçu. Para finalizar o texto é apresentada uma análise comparativa das habilidades de geografia na versão preliminar e na versão final do Currículo Referência de Minas Gerais.

Apesar da tentativa de valorizar a participação dos professores no processo de elaboração do currículo estadual de Minas Gerais, a pesquisa mostra que essa tentativa ficou mais no discurso do que na prática, já que existem poucas alterações da versão preliminar para a versão final.

## 2. Metodologia

Este artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa, pautada no materialismo histórico dialético e realizada por meio de análise documental e da observação participante, que buscou compreender o processo de adaptação do currículo estadual de Minas Gerais à Base Nacional Comum Curricular. Na análise documental foram considerados a Base Nacional Comum Curricular, a Versão Preliminar e Final do Currículo Referência de Minas Gerais.

Um dos primeiros procedimentos realizados foi a observação participante nos quatro encontros, nos quais os professores de geografia do município de Paraguaçu, analisaram as habilidades de geografia da Versão Preliminar do Currículo Referência de Minas Gerais. Estes

encontros, pelo menos no discurso da Secretaria Estadual de Educação, tinham como objetivo garantir uma participação efetiva dos professores na elaboração do currículo estadual adaptado a BNCC. Silva (2013) ao discutir a técnica da observação afirma que

Conforme Iturra ([198-?], p. 149), a observação participante “[...] é o envolvimento directo que o investigador de campo tem com um grupo social que estuda dentro dos parâmetros das próprias normas do grupo [...]”. Pressupõe o envolvimento do investigador com a realidade investigada e inclui a participação nas atividades da comunidade investigada, como um de seus membros. (SILVA, 2013, p.419)

A observação participante foi realizada por um pesquisador que é professor da rede estadual de educação de Minas Gerais e participou efetivamente de todas as reuniões (foram quatro encontros com duração de duas horas cada) da terceira etapa do processo de implementação da BNCC que resultou no Currículo Referência de Minas Gerais.

Após a aprovação do Currículo Referência de Minas Gerais foi realizada uma análise documental comparativa deste documento com a versão preliminar, o objetivo desta análise foi identificar quais mudanças foram efetivadas após a etapa da participação dos professores.

Análise documental necessita de interpretação a qual será conduzida pelo conhecimento teórico que o pesquisador apresenta.

A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência. May (2004) diz que os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido. (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDAN, 2009, p.10)

Por meio de análise comparativa das habilidades da componente curricular de Geografia da Versão Preliminar do Currículo Referência de Minas Gerais e da versão final Currículo Referência de Minas Gerais foi possível compreender melhor a valorização da participação dos professores na elaboração deste documento. A análise documental também foi essencial para compreender a influência da BNCC no Currículo Referência de Minas Gerais.

O materialismo histórico dialético é utilizado como método desta pesquisa pois permite realizar a análise da relação do estado com a educação, enfatizando suas contradições. Deitos e Sobzinski (2015, p.111) afirmam que “O Estado exerce essencial função na elaboração das políticas educacionais, no entanto, define-as a partir do seu caráter contraditório: na medida em que procura atender às demandas sociais por meio de políticas compensatórias, “colabora” para a expansão do capital nas suas várias expressões. ”

A observação participante articulada à análise dos documentos pautadas pelo materialismo histórico dialético permitiu compreender as contradições presentes no processo de elaboração do Currículo Referência de Minas Gerais, que foi criado para atender a implementação da BNCC no estado de Minas Gerais.

### 3. Resultados e Discussões

*A implementação da BNCC em Minas Gerais e o Currículo Referência de Minas Gerais.*

Em 22 de dezembro de 2017 foi aprovada a Resolução CNE/CP Nº 2, com objetivo de instituir e orientar a implantação obrigatória da Base Nacional Comum Curricular ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Desde 2015, quando foi publicada a primeira versão da BNCC, surgiram conflitos em relação à elaboração deste documento, mas mesmo assim, o governo federal decidiu homologá-lo. Grande parte das críticas ao documento BNCC e ao seu processo de elaboração estão vinculadas a padronização curricular em um país com muitas diversidades e desigualdades e também devido a forte influência do ramo empresarial em todo o processo. De acordo com GIROTTO (2017, p. 435)

Além do Banco Mundial, duas entidades representantes do setor empresarial brasileiro estão na frente da defesa da BNCC. Tratam-se do movimento “Todos pela Educação”, capitaneado pelos Grupos Itaú, Gerdau e Fundação Roberto Marinho e da “Fundação Lehman”, do empresário brasileiro Jorge Paulo Lehman. O que une estes dois grupos é a difusão de uma concepção empresarial de educação, pautada no discurso do capital humano e na relação simplista entre desenvolvimento da educação e crescimento econômico.

Houve uma intensa divulgação na mídia televisiva e na internet sobre a BNCC, além da grande pressão que o governo federal exerceu nos estados e nos municípios para que se adequassem à BNCC. Na resolução é ressaltada a necessidade de superar a fragmentação dos sistemas de ensino e para isso,

Art. 7º Os currículos escolares relativos a todas as etapas e modalidades da Educação Básica **devem ter a BNCC como referência obrigatória e incluir uma parte diversificada**, definida pelas instituições ou redes escolares de acordo com a LDB, as diretrizes curriculares nacionais e o atendimento das características regionais e locais, segundo normas complementares estabelecidas pelos órgãos normativos dos respectivos Sistemas de Ensino. (BRASIL, 2017, p.6, grifo nosso)

A resolução deixa claro que a BNCC é referência obrigatória, fato que levou alguns estados a manterem em seus currículos, todas as habilidades da BNCC, e inserindo algumas poucas habilidades para atender a parte diversificada.

Sobre essa adequação dos currículos nas diferentes esferas à BNCC é descrita por Macedo (2018, p.30) como

Nela, o currículo em ação é uma releitura do currículo formal que ocorre por ocasião de sua implementação. Talvez se possa defender que a releitura, ao focar no local, abriria o currículo às experiências dos sujeitos. Uma experiência, no entanto, projetada em nível municipal, escolar ou da sala de aula, não a experiência imprevisível que a própria ideia de um currículo nacional necessário torna difícil conceber. Para a BNCC, a complementaridade entre currículo prescrito e currículo em ação é da ordem da aplicação, a Base será implementada como currículo em ação.

Apesar das várias etapas e do envolvimento dos professores na elaboração do CRMG, no documento final predomina a estrutura da BNCC.

De acordo com o histórico presente no site da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais a elaboração do Currículo Referência de Minas Gerais teve cinco etapas. O Dia D da Base Nacional Comum Curricular em Minas Gerais ocorreu no mês de abril de 2018, onde os profissionais da educação e a comunidade puderam discutir sobre o futuro da educação e as aspirações ao novo currículo. Enquanto isso, redatores escolhidos pelo estado faziam a análise da BNCC. A segunda etapa foi a elaboração da proposta prévia do documento, considerando as demandas levantadas pelo dia D. A terceira etapa envolveu encontro municipais de professores e uma audiência pública a quarta etapa consistiu na finalização e a quinta etapa na distribuição.

Com base em todos esses procedimentos a versão preliminar do Currículo de Minas Gerais ressalta que o mesmo foi feito sobre ampla participação popular, tanto das redes de ensino como dos professores.

Se o tema currículo, por si só, já é uma importante pauta nos processos formativos, a forma como o Currículo de Minas Gerais foi (re)construído – em regime de colaboração entre as redes de ensino e com a ampla participação de educadores do estado, tendo como diretriz a garantia de direitos de aprendizagem aos estudantes mineiros –, induz ao alinhamento de outras políticas como no campo da elaboração de conteúdos e materiais didáticos, nos processos de avaliação educacional, dentre outros temas relevantes que guardam relação direta com o fazer docente (MINAS GERAIS, 2018a, p.36).

Para compreender como uma política federal se consolida nos espaços locais, essa pesquisa por meio da observação participante, acompanhou a terceira etapa de elaboração do Currículo Referência de Minas Gerais embasado na BNCC, realizado no município de Paraguaçu em Minas Gerais. O resultado desta observação articulado a análise documental e com apoio nas referências bibliográficas deram condições para a realização das análises que seguem neste texto.

*Do Nacional ao local: Os encontros municipais para análise da Versão Preliminar do Currículo Referência de Minas Gerais.*

Antes da aprovação da versão final do Currículo Referência de Minas Gerais construído para atender a obrigatoriedade da BNCC, foi elaborada uma versão preliminar que foi utilizada como documento base para as discussões locais, realizadas nos municípios, ou seja, uma proposta inicial de currículo que deveria ser debatida amplamente com a sociedade e os profissionais da educação.

O município de Paraguaçu em parceria com a Superintendência Regional de Ensino em Varginha, decidiram organizar uma Conferência Municipal de Educação, no entanto os professores só foram informados sobre o evento uma semana antes do início do mesmo, o formato da Conferência não foi definido com os professores, apenas verificaram se todos estariam de acordo com as datas de realização da mesma.

Para se prepararem para a Conferência os professores receberam a versão preliminar do Currículo Referência de Minas Gerais, alguns documentos e materiais de apoio (pequenos vídeos orientadores, alguns pequenos arquivos e duas apresentações em Power Point) para orientar o processo. Todos estes materiais reforçaram a informação que a Base Nacional não deve ser propriamente o currículo, mas sim um documento norteador para elaboração e revisão dos diversos currículos estaduais e municipais.

Os professores dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio das sete escolas (municipais e estaduais) do município de Paraguaçu, foram divididos e organizados por componente curricular para realizarem a versão preliminar do currículo. Os encontros foram presenciais, ocorreram em quatro reuniões semanais, com duração de duas horas cada, durante todo o mês de setembro de 2018.

Para liderar as discussões, minutos antes de iniciar a primeira reunião, os diretores das escolas da cidade escolheram um professor de cada componente curricular. Esse líder recebeu dos representantes da Secretaria Regional de Ensino de Varginha (SRE), a versão preliminar do currículo, que estava organizado em tabela que continham as unidades temáticas, os eixos e as habilidades que estavam sendo propostas para a componente curricular.

Estes professores que foram escolhidos como líderes também receberam, dos representantes da SRE, as diretrizes para a organização das reuniões, sendo elas:

- nos dois primeiros encontros de cada grupo deveriam definir um planejamento de como seriam conduzidos os trabalhos (debates e reflexões sobre os conteúdos propostos);
- deveriam analisar a versão preliminar do Currículo Referência de Minas Gerais;
- poderiam fazer proposições de novas habilidades, desmembramento ou modificações das habilidades presentes na proposta, caso julgassem necessário;
- não poderiam excluir nenhuma habilidade.
- no terceiro encontro deveriam concluir os debates, análise das adaptações sugeridas e realizar uma revisão no que foi proposto pelo grupo;
- no quarto e último encontro iria ocorrer uma assembleia geral. Nessa etapa um professor de cada componente faria relatos das reuniões do componente curricular do qual fez parte e apresentaria as principais mudanças ou adaptações sugeridas pelo grupo.

A análise da organização desses encontros indicam que a SRE em parceria com o município de Paraguaçu, tentaram tornar a (re)construção curricular um processo democrático e participativo. Reunir os professores de diversas etapas e modalidades de ensino e possibilitar uma discussão coletiva é essencial no processo de produção de um currículo.

Isso seria um antídoto ao hábito de simplesmente obedecer mandados e ordens que vêm de cima, de modo técnico e impessoal – e, freqüentemente, autoritário e dogmático. Se é correto pensar que todo currículo deve ser permeado por conteúdos e metodologias gerais e fundamentais, também é garantido (inclusive pela legislação educacional) e necessário o exercício do direito de participar, interferir, sugerir, adendar, refletir, modificar, reinventar o currículo com base na prática reflexiva e crítica daqueles que fazem o processo educativo no seu dia-a-dia. Claro que esta prática crítica e reflexiva é um aprendizado também diário de ouvir o outro para conseguir ser ouvido, e acima de tudo, de respeitar as idéias e as práticas dos outros para que as nossas sejam respeitadas (SCOCUGLIA, 2005, p. 89).

Outro ponto positivo da organização foi o uso dos horários de módulos (horas que o professor recebe remuneração para se dedicar a atividades extraclasse, como formação continuada, por exemplo), assim não houve aumento da carga horária do professor no processo de análise do currículo.

Apesar da tentativa de oportunizar aos professores condições de tempo coletivo de trabalho, foi possível constatar por meio da pesquisa que na prática a participação democrática não se efetivou, por alguns motivos que serão aqui apresentados.

No primeiro encontro foi perceptível um sentimento de insegurança e desconhecimento por parte dos professores, afinal estavam vivenciando uma atividade diferenciada para a qual não foram devidamente preparados. A informação sobre a Conferência Municipal chegou uma semana antes da sua realização e só tiveram acesso aos documentos para apoio da análise três dias antes do primeiro encontro, o que impossibilitou uma leitura atenta dos documentos antes do primeiro encontro.

Outro ponto que desmotivou os professores, foi a impossibilidade de excluir habilidades pré-estabelecidas, limitando a participação a sugestões e pequenas alterações, fato que fere a autonomia do professor.

Mesmo com a falta de participação dos professores no planejamento e a falta de tempo para se preparar para os encontros, ressalta-se que foi observado nestes encontros um envolvimento dos professores com os debates e discussões de temas pertinentes à área, um momento bem delicado e extremamente enriquecedor, visto que ali estavam reunidos professores do ensino fundamental I e II e também do ensino médio da área de Geografia. Ao longo desses dois encontros, foram realizadas trocas de experiências sobre metodologia de ensino, didática, material didático e gestão escolar entre os professores das diferentes etapas da educação básica, fato que possibilitou adquirir maior conhecimento sobre o processo de ensino e aprendizagem de Geografia nos diferentes momentos da educação básica.

Professores do ensino fundamental I e II e do ensino médio tiveram a oportunidade de debater e analisar como os conteúdos geográficos estavam sendo construídos em seus diferentes níveis, o que de certa forma contribuiu bastante para as sugestões e modificações que o grupo propôs para o currículo estadual.



Segundo Scocuglia (2005) a maior presença do coletivo docente na (re)construção do currículo é muito enriquecedora. Isso porque, além de participar ativamente de um processo em que é um dos sujeitos, os educadores também são reeducados, fazendo parte de um processo intelectual contínuo sempre presente em suas vidas profissionais. Deve-se pensar também que ao atuar e participar de forma mais ativa nas adaptações e reformas curriculares o professor também estaria exercendo um papel de resistência.

As contribuições dos professores de Geografia só não foram maiores, devido ao tempo limitado (dois encontros, somando um total de 4 horas) que tiveram para analisar uma grande quantidade de habilidades que constavam na versão preliminar do Currículo de Minas Gerais.

No terceiro encontro foi dedicado para a revisão das sugestões e finalização do trabalho. Do primeiro ao quinto ano ficou concluído que estava ausente a cartografia e foi debatido sobre a importância dos mapas mentais, sendo que estes não são apenas uma atividade para desenhos, mas para contribuir com a construção do conhecimento espacial do aluno. Com relação ao nível do fundamental II, os professores destacaram que os conteúdos geográficos estavam bastante deslocados e insuficientes. No sexto ano a cartografia estava praticamente inexistente, foi sugerido então dois tópicos referentes a esta temática para que possa ser trabalhada de forma mais coerente, porém, ainda não da forma adequada, na opinião dos professores. Além disso, pouco pode ser visto da Geografia Física, foram então sugeridos mais tópicos dessa temática no sexto ano e no oitavo ano, este com uma atenção maior para a questão do meio ambiente. Nos conteúdos do sétimo e nono ano, apesar da insuficiência, constatou-se que estavam mais coerentes o que já é realizado, somente no nono ano que uma temática referente à globalização econômica foi incluída, o que foi um consenso entre os professores ali presentes. As sugestões foram encaminhadas para a representante da SRE.

Já no quarto e último encontro semanal, estava prevista uma assembleia a fim de expor as sugestões e itens debatidos em cada componente curricular para as demais áreas e para a comunidade escolar ali presente. Mas essa etapa não se concretizou no município de Paraguaçu. Ao invés de aproveitar o momento em que a comunidade escolar estava presente para o debate e exposição das argumentações e modificações dos conteúdos do currículo, o momento foi usado para uma palestra de conteúdo aleatório. Fato que demonstrou uma falta de compromisso da SRE com os professores.

### *O Documento Final e as Contribuições dos Professores de Geografia*

O Currículo Referência de Minas Gerais apresenta em sua composição unidades temáticas idênticas à BNCC, havendo alterações em alguns objetivos e habilidades.

Seguindo a orientação do Parecer CNE/CP nº 2 de 2017 e a LDB, o Currículo Referência de Minas Gerais possui parte diversificada integrada ao documento, respeitando a diversidade local e adaptativa a cada contexto. Desta forma, diversos objetivos e direitos de aprendizagem, bem como habilidades e competências foram alteradas para oferecer uma perspectiva regional e contextualizada quando necessário (MINAS GERAIS, 2018a, p. 202).

Com objetivo de ampliar o conhecimento sobre a valorização da participação dos professores na elaboração do Currículo Referência de Minas Gerais foi realizada na pesquisa uma análise comparativa entre a versão preliminar fornecida para análise nas conferências municipais e as habilidades presentes na versão final. Por meio desta análise foi possível identificar as habilidades que foram alteradas (Quadro 1 e Quadro 2) entre o documento prévio que passou por diferentes etapas de manifestações dos professores e o documento final.

Houve desta forma manutenção de 80 habilidades de Geografia propostas pela BNCC, 41 habilidades foram alteradas por meio desmembramento e apresentadas de forma progressiva e 16 habilidades foram elaboradas pela equipe do estado de Minas Gerais visando atender suas especificidades, totalizando assim no Currículo Referência de Minas Gerais 137 habilidades de geografia. Percebe-se então que apesar de toda a movimentação realizada para discussão e análise do BNCC para elaboração do currículo mineiro, a base do currículo se manteve semelhante à BNCC, o que indica que todo o processo de participação docente não foi valorizado na elaboração do documento final.

**Quadro 1.** Habilidades de Geografia do ensino fundamental I do currículo referência de Minas Gerais que sofreram alterações da versão preliminar para a versão final.

<b>Série do ensino Fundamental</b>	<b>Habilidade descrita na versão preliminar do currículo analisado nas conferências municipais</b>	<b>Habilidade descrita na versão final do Currículo Referência de Minas Gerais</b>
1º ano	EF15GEMG - Representar o espaço geográfico de Minas Gerais por meio de desenhos, mapas mentais, maquetes, entre outros.	Excluído
2º ano	EF02GE04 - Reconhecer semelhanças e diferenças nos hábitos, nas relações com a natureza e no modo de viver de pessoas em diferentes lugares.	EF02GE04 - Reconhecer semelhanças e diferenças nos hábitos, nas relações com a natureza e no modo de viver de pessoas em diferentes lugares, <b>respeitando e valorizando as diferenças culturais.</b>

3º ano	EF13GEMG - Identificar características naturais e socioculturais do lugar em que vive, comparando-o com outras paisagens mineiras.	EF13GEMG - Identificar características naturais e socioculturais do lugar em que vive, comparando-o com outras paisagens mineiras <b>e brasileiras.</b>
3º ano	EF03GE05 - Identificar alimentos, minerais e outros produtos cultivados e extraídos da natureza, comparando as atividades de trabalho em diferentes lugares.	EF03GE05 - Identificar alimentos, recursos minerais e outros produtos cultivados e extraídos da natureza, comparando as atividades de trabalho em diferentes lugares, <b>e observando sua disponibilidade e escassez.</b>
3º ano	EF03GE11 - Comparar impactos das atividades econômicas urbanas e rurais sobre o ambiente físico natural, assim como os riscos provenientes do uso de ferramentas e máquinas.	EF03GE11 - Comparar impactos das atividades econômicas urbanas e rurais sobre o ambiente físico natural, assim como os riscos provenientes do uso de ferramentas e máquinas <b>na apropriação desses espaços.</b>
4º ano	EF04GE02 - Descrever processos migratórios e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira.	EF04GE02 - Descrever processos migratórios e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira, <b>ênfatizando a sociedade mineira.</b>
4º ano	EF04GE08X - Identificar e descrever e discutir o processo de produção (transformação de matérias-primas), circulação e consumo de diferentes produtos.	EF04GE08X - Identificar, descrever e discutir o processo de produção (transformação de matérias-primas), circulação e consumo de diferentes produtos, <b>provenientes das atividades econômicas (agropecuária, extrativismo, indústria, comércio e serviços) em Minas Gerais e no Brasil.</b>
5º ano	EF05GE02 - Identificar diferenças étnico-raciais, étnico-culturais e desigualdades sociais entre grupos em diferentes territórios.	EF05GE02 - Identificar diferenças étnico-raciais, étnico-culturais e desigualdades sociais entre grupos em

		diferentes territórios, <b>regiões e municípios.</b>
5º ano	EF05GE06 - Identificar e comparar transformações dos meios de transporte e de comunicação.	EF05GE06X - Identificar e comparar transformações dos meios de transporte e de comunicação <b>ao longo do tempo em diferentes lugares do mundo.</b>
5º ano	EF05GE07 - Identificar os diferentes tipos de energia utilizados na produção industrial, agrícola e extrativa e no cotidiano das populações.	EF05GE07X - Identificar os diferentes tipos de energia utilizados na produção industrial, agrícola e extrativa e no cotidiano das populações, <b>reconhecendo as fontes renováveis e alternativas de energia e sua importância para o ambiente.</b>
5º ano	EF05GE10 - Reconhecer e comparar atributos da qualidade ambiental e algumas formas de poluição dos cursos de água e dos oceanos (esgotos, efluentes industriais, marés negras etc.).	EF05GE10 - Reconhecer e comparar atributos da qualidade ambiental e algumas formas de poluição dos cursos de água e dos oceanos (esgotos, efluentes industriais, marés negras etc.), <b>fazendo um paralelo com a realidade vivenciada.</b>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Das 66 habilidades presentes no documento prévio no ensino fundamental I, analisadas pelos professores de geografia, somente 11 foram alteradas. No Quadro 1 fica nítido que as alterações foram na maioria das vezes uma complementação conforme indica os destaques em negrito. Também é importante destacar que houve a exclusão de uma habilidade, mesmo sendo orientando nas Conferências Municipais que os professores não poderiam sugerir exclusão. O item excluído é justamente o de Cartografia, temática que os professores de Geografia do município de Paraguaçu sugeriram a ampliação, com objetivo de trabalhar a construção do pensamento espacial.

**Quadro 2.** Habilidades de Geografia do ensino fundamental II do currículo referência de Minas Gerais que sofreram alterações da versão preliminar para a versão final.

<b>Série do ensino Fundamental</b>	<b>Habilidade descrita na versão preliminar do currículo analisado nas conferências municipais</b>	<b>Habilidade descrita na versão final do Currículo Referência de Minas Gerais</b>

6º ano	EF06GE02 - Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários, tais como os indígenas brasileiros.	EF06GE02X - Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários, tais como os indígenas <b>brasileiros e as comunidades afro-brasileiras (quilombolas)</b> .
6º ano	EF06GEMG - Identificar e localizar no tempo e no espaço a distribuição das populações tradicionais no território mineiro.	Excluído
6º ano	EF06GE08 - Medir distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas.	EF06GE08A - <b>Identificar e descrever escalas gráfica e numérica.</b> EF06GE08B - Medir distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas.
7º ano	EF07GE01 - Avaliar, por meio de exemplos extraídos dos meios de comunicação, ideias e estereótipos acerca das paisagens e da formação territorial do Brasil.	<b>EF07GE01A - Reconhecer aspectos da formação territorial do Brasil, com destaque para as questões histórico-geográficas, processos migratórios e diversidade étnico-cultural nas diferentes paisagens e regiões.</b> EF07GE01B - Avaliar, por meio de exemplos extraídos dos meios de comunicação, ideias e estereótipos acerca das paisagens e da formação territorial do Brasil.
7º ano	EF07GE03 - Selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades.	(EF07GE03A) <b>Reconhecer características socioespaciais e identitárias dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos da floresta e demais grupos sociais do campo e da cidade que vivem no Brasil.</b> (EF07GE03B) Selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos

		indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades.
7º ano	EF07GE08 - Estabelecer relações entre os processos de industrialização e inovação tecnológica com as transformações socioeconômicas do território brasileiro.	EF07GE08X - Estabelecer relações entre os processos de industrialização e inovação tecnológica com as transformações socioeconômicas do território brasileiro, <b>no campo e na cidade.</b>
7º ano	EF07GE12 - Comparar unidades de conservação existentes no Município de residência e em outras localidades brasileiras, com base na organização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).	EF07GE12 - <b>Identificar</b> e comparar unidades de conservação existentes no Município de residência e em outras localidades brasileiras, com base na organização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), <b>destacando sua importância na manutenção dos recursos hídricos e da biodiversidade natural e cultural.</b>
7º ano	EF07GEMG - Relacionar a importância das unidades de conservação e sítios arqueológicos à preservação da memória e identidade de um povo.	EF07GEMG - Relacionar a importância das unidades de conservação e sítios arqueológicos à preservação da memória e identidade de um povo, <b>enfatizando o patrimônio natural e cultural de Minas Gerais.</b>
8º ano	EF08GE12X - Compreender e descrever os objetivos e analisar a importância dos organismos de integração do território americano (Mercosul, OEA, OEI, Nafta, Unasul, Alba, Comunidade Andina, Aladi, entre outros).	EF08GE12A - Compreender e descrever os objetivos e o papel dos blocos econômicos na integração regional no continente americano. EF08GE12B - <b>Analisar a importância dos organismos de integração</b> (blocos

		econômicos) do território americano (Mercosul, OEA, OEI, Nafta, Unasul, Alba, Comunidade Andina, Aladi, entre outros).
--	--	--

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Das 81 habilidades de geografia presentes do documento prévio apresentado para a análise dos professores de Geografia somente 9 habilidades (Quadro 2) foram alteradas, destacando-se neste processo uma quantidade significativa de desmembramento de habilidades. Conforme é possível constatar por meio das comparações, há algumas mudanças em relação à versão preliminar descrita nos organizadores curriculares, entretanto, tais mudanças são pouco significativas e na maioria dos casos são apenas complementares, ou seja, não são mudanças estruturais.

No que tange às propostas resultante das reuniões municipais dos professores de Geografia da cidade de Paraguaçu, nenhuma delas foi inserida ou considerada, também não há clareza de como foram consideradas essas propostas enviadas por cada município, pois são muitos municípios e o espaço de tempo entre o envio das propostas e a publicação do documento final foi curto.

Os Encontros Municipais foram realizados com a participação de mais de 690 municípios, contando com mais de 55.000 participantes presencialmente durante os meses de agosto e setembro, que estudaram, analisaram e fizeram propostas à Versão Preliminar do documento. Paralelamente, foram registradas mais de 404.000 participações na Consulta Pública Online. Todas as contribuições foram analisadas pela equipe de redação quanto à pertinência da proposta e foi então feita a adequação do documento de acordo com o proposto. Grande parte das sugestões foram incorporadas, tornando o documento verdadeiramente colaborativo e representativo das diversas Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2018a, p. 8).

As reuniões aconteceram em agosto e setembro de 2018 e o documento foi aprovado através do Parecer 937/2018 do Conselho Estadual de Educação em 19 de dezembro de 2018. Esse curto período entre uma etapa e outra e a grande quantidade de municípios que participaram, indica a possibilidade da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais não ter analisado todas as propostas. O que leva a concluir que a participação dos professores não foi valorizada, sendo então uma participação irrelevante aos olhos de quem poderia enaltecer a opinião docente.

O documento final do Currículo Referência de Minas Gerais afirma que conseguiram incorporar grande parte das sugestões dos professores, no entanto a ausência das sugestões dos professores do município de Paraguaçu e as poucas alterações que existem da versão preliminar para a versão final, coloca em dúvida essa afirmação.

A partir do momento em que o direito de ser ouvido nos currículos é forjado pelo governo, pois a participação dos professores não aparece na versão final do documento, as consequências

serão diversas, como ressalta Arroyo (2014), a ausência dos principais sujeitos (educadores, educandos e comunidade escolar) nos currículos condiciona severamente o formato curricular, os materiais didáticos, o planejamento e os planos de aulas, ou seja, essa ausência na construção dos currículos acarreta no empobrecimento não só deste, mas também de seus respectivos desdobramentos que fazem parte do cotidiano docente.

#### 4. Considerações finais

A implementação da BNCC nos estados, aprofundou um processo de padronização curricular no país, e esse processo pode ser identificado no Currículo Referência de Minas Gerais que manteve grande parte das habilidades de geografia propostas pela base. A parte diversificada ficou limitada às poucas habilidades que tentam abordar os conteúdos que enfatizam o Estado de Minas Gerais.

A elaboração Currículo Referência de Minas Gerais possibilitou um movimento importante no município de Paraguaçu, uma vez que levou os professores da mesma componente curricular e de diferentes níveis a se encontrarem e trocarem experiências, ideias e aprendizados, esses momentos são essenciais para a formação permanente do profissional professor, e normalmente são dificultados pela burocracia presente no sistema educacional.

No entanto esse foi talvez um dos poucos benefícios desse processo, uma vez que os apontamentos realizados pelos professores não foram considerados pela Secretaria Estadual de Educação no momento de revisão do documento, levando os professores a mais uma vez descreditarem de uma gestão democrática de educação, reforçando a ideia de desvalorização do seu conhecimento e de sua identidade.

Como afirma Arroyo (2014), a recuperação dessa identidade profissional docente passa também pela resistência. “O repensar e alargar nossas identidades profissionais passa por resistências e freios. Podemos entender tais resistências como disputas de conformação de identidades profissionais no território dos currículos (ARROYO, 2014, p. 27).”

É, portanto, notório que resistir é uma das principais ferramentas do coletivo docente para recuperar sua identidade profissional. Resistir passa também por ter participação eficiente na reforma curricular, o que terá impacto na vida e no cotidiano docente.

#### Referências

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.



BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de Dezembro de 2017**. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE\\_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf) . Acesso: 08 de ago.2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018a. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC\\_19dez2018\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf). Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. **Movimentações Para o Dia D**. Brasília, DF: MEC, 2018b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/materiais-de-apoio>. Acesso em 21 jan. 2019.

DEITOS, Juliano Marcelino; SOBZINSKI, Janaina Silvana. O materialismo histórico e dialético: contribuições para a análise de políticas educacionais. **Impulso**, Piracicaba, 25(63), 101-118, 2015.

GIOTTO, Eduardo Donizeti. Dos Pcms à Bncc: o ensino de Geografia sob o domínio neoliberal. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2017.

HISTÓRICO. **CURRÍCULO REFERENCIA DE MINAS GERAIS**, [s.d]. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/educacao-infantil-e-ensino-fundamental/historico-de-elaboracao> >. Acesso em: 11 de junho 2020.

MACEDO Elizabeth. "A BASE É A BASE". E O CURRÍCULO O QUE É?. In: **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Organização: Márcia Angela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018. pp. 28-33.  
<https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf#page=29>

MINAS GERAIS. **Currículo Referência de Minas Gerais. Secretaria de Estado de Educação**. 2018a. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/20181012%20-%20Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%Aancia%20de%20Minas%20Gerais%20vFinal.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

MINAS GERAIS. **Versão Preliminar do Currículo Referência de Minas Gerais**. Secretaria de Estado de Educação. 2018b. Disponível em: <https://orientaeducacao.files.wordpress.com/2018/09/curricc81culo-de-minas-versacc83o-agosto-de-2018.pdf> Acesso em: 06 set. 2018.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. As Reflexões Curriculares de Paulo Freire. **Revista Lusófona de Educação**, núm. 6, p. 81-92, 2005

SILVA, Marcos Antônio da Silva. A TÉCNICA DA OBSERVAÇÃO NAS CIÊNCIAS HUMANAS. **Educativa**. Goiânia, v. 16, n. 2, p. 413-423, jul./dez. 2013